



MINISTRO DEFENDE PROIBIR BETS NO BRASIL PARA CONTER ADOECIMENTO NO TRABALHO

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou na tarde desta terça-feira (4) que é preciso acabar com as bets ou proibir os jogos como forma de proteger trabalhadores contra o adoecimento provocado pelo vício. Reportagem da Folha de S. Paulo mostrou que a ludopatia -vício em jogos- já chegou às empresas, afetando produtividade, causando afastamentos e trazendo custos maiores nas demissões.

Segundo Marinho, se a sociedade já percebeu que as bets fazem mal, deveria haver pressão sobre o Congresso para que esse tipo de jogo acabasse ou fosse proibido. "Certo mesmo é

proibir, é acabar, porque se está trazendo adoecimento, empobrecimento e endividamento, é um problema sério", disse à reportagem no Summit Mulheres Profissões, em São Paulo (SP).

O ministro participou do painel "No sofá com Luiza: decisões que movem o Brasil" com Luiza Trajano, dona do Magalu e organizadora do evento, Tarciana Medeiros, presidente do Banco do Brasil, Márcia Lopes, ministra da Mulheres, e Pedro Teixeira, ministro da Micro e Pequena Empresa.

"Tem que cortar o mal pela raiz e cortar o mal pela raiz é proibir isso no Brasil, e para isso precisa de lei. Só que quem pode criar, decidir, é o Congresso Nacional",

afirmou. Para Marinho, as atualizações na NR-1 (Norma Regulamentadora 1), que exige das empresas o mapeamento dos riscos psicossociais no trabalho pode ser uma forma de auxiliar a combater o adoecimento dos trabalhadores tanto no que diz respeito ao vício em bets quanto ao adoecimento mental. Ele afirma que os fiscais do MTE estão realizando visitas e dando orientações aos empregadores para que as medidas contra as doenças psicossociais possam ser implantadas, mas criticou empresários que foram ao STF para ampliar o prazo no qual o ministério pode passar a multar quem não estiver cumprindo a regra. Folhapress



DESTAQUES DO DIA



PIB do Brasil pode ganhar R\$ 192 bi com estratégia para minerais críticos, diz estudo

Lula conversa com Putin e discute fornecimento de diesel e fertilizantes

Quem é o senador cujos parentes são alvos da PF em nova fase de investigação sobre fraudes no INSS

Emplacamentos de veículos cresceram 10% em julho



STF inicia análise de leis sobre meio ambiente e terras indígenas



NO MUNDO

| Vídeo mostra drone caçando vendedor na Ucrânia; ataques matam 5 na Rússia

O governo da Ucrânia divulgou nesta terça-feira (4) um vídeo mostrando um pequeno drone russo caçando um vendedor de rua na cidade de Kherson. O homem tenta fugir, é cercado e o aparelho explode. Ele sobreviveu com ferimentos.

Segundo o chanceler ucraniano, Andrii Sibiha, o incidente ocorreu nesta terça e é uma prova de crime de guerra. As leis internacionais que regem conflitos proibem ataques deliberados a civis desarmados, como era o caso do homem, que aparentava ter entre 50 e 60 anos.

Ele estava junto a uma van com produtos agrícolas, algo bastante comum na região, que fica no sul da Ucrânia. Sibiha qualificou de sadismo o cerco que o drone faz ao civil, que implora em gestos para não ser alvejado.

A imagem já foi vista di-



versas vezes com soldados de ambos os lados, mas casos envolvendo civis são mais raros. Há inclusive vídeos mostrando drones desistindo de ataques quando seus operadores verificam que o alvo é civil.

Kherson, capital homônima da província, chegou a ser ocupada pelos russos, mas agora é uma das cidades mais afetadas pelo conflito, dado que a linha de frente fica junto ao rio que a separa do território dominado por Moscou.

O incidente é mais um na escalada de violência na guerra iniciada pela invasão de Vladimir Putin em 2022. Ainda na Ucrânia, três pessoas morreram na cidade de Sumi, no norte, após um

ataque com bombas guiadas russas.

Já na Rússia, a nova campanha ucraniana contra centros de distribuição de produtos para civis seguiu nesta madrugada, com 4 ataques com drones 2 deles contra a gigante do varejo online Wildberries, a "Amazon russa", que já conta 18 depósitos atingidos ou destruídos e bilhões de rublos de prejuízo.

Em um ataque, contra um depósito de dono não revelado na região de Moscou, cinco pessoas foram mortas. Também foi alvejado, pela primeira vez, um centro de produtos da distribuidora de alimentos Lenta, que deixou um ferido.

Folhapress

| EUA planejam proibir componentes chineses para data centers, dizem fontes

O governo dos Estados Unidos está elaborando uma proibição às importações de novos modelos de componentes chineses para data centers, segundo quatro fontes.

A FCC (Comissão Federal de Comunicações), que supervisiona o setor de telecomunicações dos EUA, está trabalhando na medida para proibir a importação de novos transceptores ópticos chineses, que permitem que os dados trafeguem por cabos de fibra óptica à velocidade da luz dentro dos data centers.

As autoridades esperam publicar a medida ainda este ano, quando ela entraria em vigor.

A ação visa impedir que empresas chinesas roubem dados, instalem malware ou interrompam o serviço em

data centers dos EUA, que abrigam os chips utilizados para treinar e executar modelos de IA.

A FCC ainda poderia modificar ou arquivar a restrição, ressaltaram as fontes, que falaram sob condição de anonimato para discutir assuntos delicados.

Mas este é o mais recente exemplo da tentativa do governo de Donald Trump de limitar as incursões tecnológicas chinesas em setores de ponta dos EUA antes que elas se tornem parte integrante da cadeia de suprimentos.

"Os transceptores definitivamente representam um risco", disse Divyansh Kaushik, especialista em políticas de IA da Beacon Global Strategies, empresa de consultoria sediada em Washington, D.C. CNN

| Governo Trump revoga visto de embaixadora do Brasil nos Estados Unidos



O governo Trump anunciou nesta terça-feira (3) a revogação do visto da embaixadora do Brasil nos EUA, Maria Luiza Viotti, em retaliação à demora do Brasil de conceder aval para que Daniel Perez assuma suas funções como novo embaixador dos EUA em Brasília. A medida equivale à expulsão da diplomata do território americano.

Auxiliares de Trump destacaram que o visto de Viotti só será reestabelecido caso o governo Lula dê a luz verde para Perez um procedimento conhecido como agrément.

O chefe do Departamento de Estado, Marco Rubio, é um forte crítico da esquerda latino-americana e já con-

frontou o governo Lula em diferentes ocasiões. Logo após o anúncio do USTR (Escritório do Comércio dos EUA) de um novo tarifaço contra o Brasil, ele publicou nas redes sociais que "o presidente Lula e seu governo não negociaram com os EUA de boa-fé". "Suas políticas econômicas são ruins para os americanos e ruins para os brasileiros. No último ano, Lula colocou seu próprio ego à frente de fazer um acordo pelo bem-estar do povo brasileiro, e essas tarifas são o preço por isso", diz Rubio.

Meses antes, ele havia classificado o Brasil num rol de países que não são amigáveis aos Estados Unidos.

Os Estados Unidos solicitaram autorização ao

Brasil para nomear Perez no jargão diplomática chamado agrément um mês depois de a Casa Branca tornar pública sua indicação. Ao agir dessa forma, romperam com a prática tradicional, segundo a qual o país que envia o embaixador consulta previamente a nação anfitriã e aguarda sua manifestação antes de oficializar a indicação.

O gesto provocou incômodo no Palácio do Planalto. Integrantes do governo Lula afirmam que não há pressa para conceder o agrément, já que, na avaliação deles, Washington optou por divulgar o nome antes de cumprir os trâmites normalmente observados nesses casos.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

♦ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

♦ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

♦ EDITORIAL: Daniela Camargo
♦ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
♦ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

PIB do Brasil pode ganhar R\$ 192 bi com estratégia para minerais críticos, diz estudo



Um estudo divulgado nesta terça-feira (4) pela Amcham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil) calcula que o desenvolvimento do setor de minerais críticos no Brasil pode adicionar R\$ 192 bilhões ao PIB nacional até 2050.

O material, elaborado por pesquisadores da UFMG e da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), analisa os impactos que a expansão dessa cadeia pode ter na economia brasileira e no mercado de trabalho.

Foram consideradas duas estratégias. Na primeira, a produção mineral é voltada principalmente à exportação, e os investimentos na área são financiados só por recursos domésticos -sem capital estrangeiro.

Nesse cenário, o impacto no PIB fica em R\$ 128,7 bilhões até 2050, com 304 mil novos empregos gerados.

O segundo cenário considera uma maior participação de investimentos estrangeiros no setor e uma estratégia nacional para agregar valor à cadeia. Ou seja, além de serem exportados, os minerais críticos seriam processados no país e usados pela indústria nacional.

Nessa hipótese, o impacto acumulado sobre o PIB cresce para R\$ 192,1 bilhões, com 750 mil novos empregos gerados nos próximos 25 anos.

Segundo a Amcham, o estudo fez os cálculos considerando projeções para estimar a demanda por minerais críticos, o que

inclui as cadeias de cobre, grafita, lítio, níquel e terras raras, que são considerados essenciais para a transição energética e a indústria de defesa.

O PIB do Brasil fechou 2025 em R\$ 12,7 trilhões. Hoje, a indústria extrativa mineral contribui com cerca de 4% desse total.

A capacidade de extrair e processar minerais críticos é um dos pontos centrais na discussão econômica atual. O estudo lançado pela Amcham detalha que, atualmente, a indústria brasileira está concentrada nos estágios iniciais da cadeia (extração e beneficiamento simples), com pouco processamento e fabricação de itens de maior valor agregado.

Folhapress

Produção da indústria brasileira cai 1,8% de maio para junho

A produção industrial recuou 1,8% em junho deste ano, na comparação com o mês anterior. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a segunda queda do indicador, que já havia caído 0,9% de abril para maio.

“A perda acumulada de 2,7% registrada nesses dois meses consecutivos de queda na produção eliminou parte do ganho de 4,4% verificados nos quatro primeiros meses de 2026”, destaca o gerente da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-BR), André Macedo.

Na média móvel trimestral, houve uma queda de 0,5%. Na comparação com junho do ano passado, no entanto, a indústria apresentou crescimento de 1,7%. Com o resultado de junho, a produção industrial acumula altas de 1,5% neste ano e de 0,7% em 12 meses.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal foram divulgados nesta terça-feira (4) pelo instituto. Na passagem de maio para junho deste ano, 16 dos 25 ramos industriais pesquisados

apresentaram queda na produção, com destaque para a atividade de coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (-5,9%).

Também apresentaram resultados negativos relevantes os segmentos de produtos químicos (-4,3%), produtos alimentícios (-1,9%), produtos farmacêuticos e cosméticos (-11%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-11%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-8,9%), outros equipamentos de transporte (-8,6%), produtos de borracha e de material plástico (-2,8%) e indústrias extrativas (-0,6%).

Das nove atividades industriais com alta na produção, destacam-se celulose, papel e produtos de papel (5,4%), impressão e reprodução de gravações (20,2%) e metalurgia (1,4%).

As quatro grandes categorias econômicas da indústria apresentaram queda, com destaque para os bens de consumo semi e não duráveis, com recuo de 4,1% no período. Bens de consumo duráveis caíram 3,2%.

ABR

Emplacamentos de veículos cresceram 10% em julho



No mês de julho, o emplacamento de veículos cresceu 10,17% em relação a julho do ano passado e 3,31% em relação a junho, com um total de 504.574 unidades vendidas. Isso engloba a venda de automóveis, comerciais leves (picapes e furgões), ônibus, caminhões, motos e implementos rodoviários [como reboques e carrocerias].

Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), este foi o terceiro melhor mês de julho da história. “Estamos vivendo um ano com resultados positivos nos segmentos de maior volume, principalmente, no varejo de automóveis, comerciais leves e motocicletas. Além do Pro-

grama Carro Sustentável, observamos que a demanda por mobilidade, renovação de frota e investimento permanecem, e a competição entre marcas continua favorecendo a oferta de mais produtos no mercado”, disse Arcelio Junior, presidente da Fenabrave.

Quando se considera apenas o segmento de automóveis e comerciais leves, o crescimento foi 2,02% sobre junho e 15,54% em julho de 2025, com 265.695 unidades vendidas. Para o presidente da Fenabrave, esse crescimento é resultado principalmente do programa Carro Sustentável, que reduz as alíquotas do IPI dos carros mais leves e sustentáveis. Segundo a entidade, os modelos incluídos nesse programa

registram números 29,4% superiores ao período antes de sua implementação.

Já o segmento de caminhões, que vinha em uma sequência de quedas, apresentou uma reação em julho deste ano, com crescimento de 18,89% sobre junho e 7,16% sobre julho do ano passado. “A recuperação é resultado, principalmente, do Programa Move Brasil, etapas 1 e 2. Por ser um segmento ligado ao PIB e desenvolvimento industrial e do agronegócio, o transportador avalia bem o mercado antes de comprar e acaba renovando sua frota quando enxerga demanda, capacidade de pagamento e segurança para assumir um financiamento de longo prazo”, disse Arcelio Junior.

Patria Elaine Cruz/ABR

POLÍTICA

Lula conversa com Putin e discute fornecimento de diesel e fertilizantes



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conversou por telefone nesta terça-feira (4) com o líder da Rússia, Vladimir Putin, sobre o comércio entre os dois países, com destaque para as exportações de diesel e fertilizantes.

Por cerca de uma hora, os presidentes também trataram da situação geopolítica atual e da intenção de ampliar o comércio entre os dois países nas áreas de energia, naval e ciência e tecnologia. O presidente brasileiro tem reforçado laços comerciais com outras nações após o tarifaço imposto pelos Estados Unidos.

A nota do governo brasileiro não especifica sobre quais conflitos os dois líderes trataram. Já o comu-

nicado emitido pela Rússia horas antes diz que Putin teria agradecido a Lula pelo suporte nas tratativas de acordos pela paz com a Ucrânia. Com críticas às dificuldades do Conselho de Segurança da ONU em encaminhar uma solução para os conflitos mundiais, Lula voltou a defender o apoio à candidatura de Michelle Bachelet para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas.

"Nesse contexto, o presidente Lula ressaltou os aspectos humanitários dos conflitos, lamentando a perda de vidas humanas, inclusive civis", diz trecho.

Os dois ainda repassaram os principais temas da agenda bilateral, destacando as reuniões que ocorreram neste ano, em Brasília,

no âmbito da Comissão de Alto Nível (CAN) e da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica (CIC).

Ambos também expressaram determinação de continuar trabalhando conjuntamente nos foros internacionais, especialmente no Brics, cujo papel no atual cenário internacional foi enfatizado.

Lula e Putin já haviam se falado por telefone em janeiro deste ano. Na época, o tema foi a operação dos EUA contra a Venezuela. A conversa destacou uma convergência das "abordagens de princípio da Rússia e do Brasil" no que diz respeito à "garantia da soberania estatal" e dos interesses nacionais da Venezuela. Folhapress

Flávio cita Moraes, Dino e Zanin ao defender impeachment no STF e admite 'novela' sobre vice

O senador Flávio Bolsonaro (PL), pré-candidato à Presidência, defendeu nesta terça-feira (4) o impeachment de ministros do STF que, segundo ele, cometeram crime de responsabilidade. Ele citou nominalmente os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin, e lembrou que, se eleito, terá a prerrogativa de fazer quatro indicações que "respeitem a Constituição".

O filho de Jair Bolsonaro (PL) afirmou que há ministros que têm participação político-partidária e que julgam casos nos quais deveriam se considerar suspeitos. "Infelizmente, em função da inércia do Senado, nós chegamos a essa situação em que um ministro do tribunal, por exemplo o Alexandre de Moraes, pode tomar medidas inconstitucionais com praticamente um seguro de que nada aconteceria contra ele", disse.

Flávio afirmou que é preciso falar sobre esse assunto "sem medinho" e disse que o pai foi julgado por seus inimigos, citando

Moraes, "inimigo público e declarado", Dino, "até ontem ministro da Justiça de Lula", e Zanin, "até ontem advogado do Lula".

A fala ocorreu durante sabatina do site O Antagonista e da empresa G4, na Vila Olímpia, em São Paulo, que contou também com a participação dos presidentes Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão). Segundo os organizadores, o presidente Lula (PT) não aceitou o convite.

Flávio afirmou ainda que o impeachment de ministros depende do Senado e que seu grupo político terá maioria no Congresso após as eleições de outubro.

"Essa esculhambação que virou o país hoje precisa de alguém de pulso firme, sim. Vamos ter maioria no Congresso Nacional, uma maioria para fazer o presidente do Senado e termos quórum, inclusive, para alterar a Constituição."

O senador também admitiu que vive uma "novela" na escolha de sua vice o nome pode ser escolhido até o dia 15 de agosto. Folhapress

Quem é o senador cujos parentes são alvos da PF em nova fase de investigação sobre fraudes no INSS



Um dos parlamentares mais influentes do Senado, com proximidade tanto com o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), quanto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Weverton Rocha (PD-T-MA) voltou ao centro das investigações sobre fraudes no INSS nesta terça-feira (4), após a Polícia Federal cumprir mandados de busca contra parentes do parlamentar e o advogado Willer Tomaz em uma nova fase da Operação Sem Desconto.

A investigação apura suspeitas de lavagem de dinheiro e mira pessoas ligadas ao senador, que já foi alvo de busca e apreensão do mesmo inquérito em dezembro. São cumpridos

18 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e no Maranhão.

Weverton Rocha ocupa uma cadeira no Senado desde 2019, após ser eleito pelo Maranhão com apoio do então governador Flávio Dino, hoje ministro do STF. Em 2022, rompeu com o antigo aliado para disputar o governo do estado, mas foi derrotado por Carlos Brandão (PSB).

Weverton afirmou, em nota, que todas as movimentações mencionadas decorrem de atividades profissionais e empresariais regulares, devidamente declaradas à Receita Federal. Ele também atribuiu a operação ao contexto de sua candidatura ao Senado e disse não esperar que as investiga-

ções avançassem a ponto de envolver sua família.

Já o advogado Willer Tomaz disse, por nota, que a diligência de busca e apreensão a que foi submetido na manhã desta terça decorre exclusivamente do fato de ser proprietário da aeronave utilizada, em caráter estritamente particular, pelo senador Weverton Rocha em viagem já de conhecimento público.

Nos últimos anos, tornou-se um dos parlamentares de maior influência no Congresso. Alcolumbre costuma lhe atribuir relatórios considerados sensíveis, como a do projeto da nova Lei do Impeachment e da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para uma vaga no STF. Folhapress

MEIO AMBIENTE

STF inicia análise de leis sobre meio ambiente e terras indígenas



O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começa a analisar na próxima sexta-feira (7) a constitucionalidade de leis aprovadas pelo Congresso Nacional que tratam de três temas ligados à pauta verde: Moratória da Soja, Marco Temporal e Licenciamento Ambiental.

Em Brasília, organizações socioambientais estão mobilizadas para garantir que a proteção ao meio ambiente e povos tradicionais prevaleça nas decisões da Corte. “Estamos demandando que o Supremo Tribunal Federal continue atuando como guardião da Constituição Federal”, afirma Suely Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima.

Os debates vão tratar de dez Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) mo-

vidas majoritariamente por organizações sociais e associações. Mas os julgamentos analisarão apenas oito.

As três primeiras ações que serão julgadas tratam do marco temporal, tese que defende que os povos indígenas só podem reivindicar a demarcação das terras ocupadas ou em disputa até 5 de outubro de 1988 - data de promulgação da Constituição Federal.

O julgamento também analisará o Recurso Extraordinário 1.017.365/SC, que pede reintegração de posse contra o Povo Xokleng, após reconhecimento do direito à demarcação de suas terras ancestrais. Uma Ação Declaratória de Constitucionalidade também será analisada conjuntamente.

O processo tem a relatoria do ministro Gilmar Mendes e será julgado em plenário virtual de 7 a 18 de agosto.

Para o coordenador jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Ricardo Terena, as ADIs apontam muitas violações à Constituição, como em relação à imprescritibilidade dos direitos indígenas aos seus territórios.

Terena também entende que a aprovação do marco temporal favoreceu o surgimento de novos entraves no processo demarcatório, em leis que ampliam os títulos de terra passíveis de indenização e criam o direito de retenção da terra até o pagamento dessa indenização.

“Ai a gente tem um novo regime de reintegração de posse estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal, desrespeitando a resolução 510 do CNJ [Conselho Nacional de Justiça] que estabelece os parâmetros de reintegração de posse”, diz Terena.

ABR

SP: ventania pode atingir 50 km/h no fim de semana

A aproximação de uma frente fria no oceano, combinada a uma área de baixa pressão atmosférica, deve alterar as condições do tempo em São Paulo entre sexta-feira (8) e sábado (9).

Segundo o Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas de São Paulo (CGE), para os dois dias a previsão é de pancadas de chuva acompanhadas por rajadas de vento que podem chegar a 50 km/h. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) faz a mesma previsão..

Ventos com 50 km/h de velocidade são considerados moderados a fortes e podem provocar danos como queda de galhos, causar destelhamentos

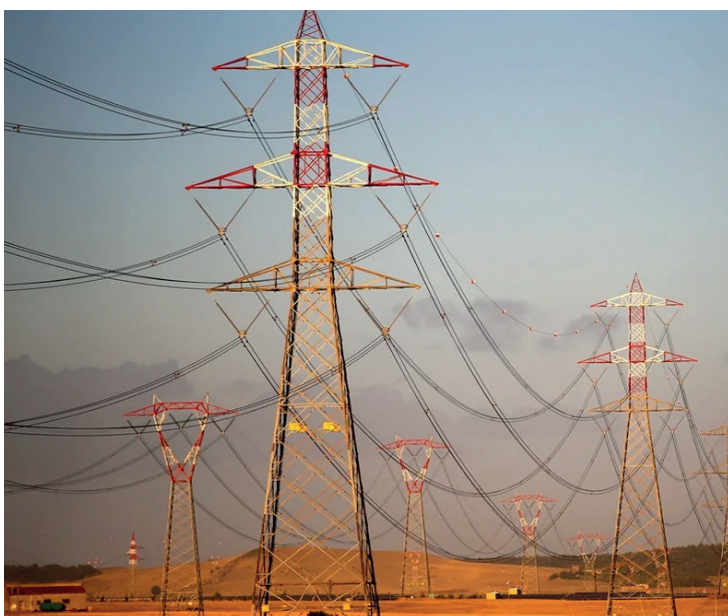
e falhas na rede elétrica.

Amanhã, quarta-feira (5), predomina o cenário atmosférico de sol e nebulosidade variada. As temperaturas variam entre mínima de 15°C na madrugada e máxima de 27°C. Os menores valores de umidade do ar devem ficar próximos aos 35%. Não há previsão de chuva.

Para quinta-feira, a previsão é de céu encoberto pela manhã, com os termômetros registrando marcas perto dos 15°C. Ao longo do período matutino, a cobertura de nuvens tende a se dispersar, permitindo que a temperatura atinja a máxima de 27°C durante a tarde, enquanto a umidade relativa mínima do ar deve se situar na faixa dos 40%. ABR



Eventos climáticos extremos desafiam concessionárias de energia



O aumento da frequência de eventos climáticos extremos, como o vendaval histórico que atingiu o Rio de Janeiro na semana passada, representa um desafio para planos de contingência de concessionárias de energia elétrica. Enchentes, temporais e rajadas de vento intensas derrubam postes e árvores, arrebentam os fios e, além de apagões, causam riscos de curto circuito e incêndios na rede elétrica.

Em entrevista à Agência Brasil, o diretor de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Ricardo Brandão, afirma que investimentos em resiliência estão sendo feitos, mas reconhece que o cenário é de dificuldades crescentes.

“A gente, de fato, está

enfrentando uma mudança que piora muito as condições climáticas”, manifestou o diretor da Abradee.

Na semana passada, moradores de algumas localidades do Rio de Janeiro chegaram a ficar mais de 30 horas sem luz depois que rajadas de até 100 quilômetros por hora atingiram o estado.

Pesquisadores ouvidos pela Agência Brasil defenderam que tornar a rede elétrica mais resiliente a fortes ventos é possível, mas tem um custo bastante elevado e que precisa ser arcado pelas concessionárias de energia.

A Abradee afirma que as empresas do setor aumentaram o montante anual de investimentos, de R\$ 18 bilhões, em 2021, para R\$ 41 bilhões, em 2025. Desse total, mais de 40% são investidos na modernização

das redes, com o intuito de torná-las mais resilientes, com foco principalmente em digitalização.

Ricardo Brandão admite que essa medida não evita que ocorra um desligamento de energia quando cai uma árvore em cima da rede elétrica, mas dá opções mais eficientes de resposta.

“A distribuidora consegue fazer manobras para isolar esse problema em determinadas áreas, sem ter que desligar, por exemplo, um bairro inteiro”. Além da digitalização, a modernização das distribuidoras engloba também automação, monitoramento em tempo real, implantação de redes inteligentes, inspeções preventivas, manutenção baseada em risco, reforço estrutural de equipamentos e, quando viável, o enterramento de redes.

ABR

PUBLICIDADE LEGAL

Economia Circular Participações S.A.

CNPJ nº 42.063.007/0001-00 - NIRE 35.300.569.326

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20/04/2026

Data, hora e local: Em 20/04/2026, às 11hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Luciana Antonini Ribeiro; Secretário: Júlio Augusto G. Alexandrino. **Deliberações aprovadas:** **5.1. Contas da Administração:** De início, foi consignado o cumprimento de todas as formalidades previstas no artigo 133 da Lei das S.A., relacionadas à apresentação dos documentos da administração, levando em consideração a presença, nesta data, de 100% dos acionistas da Companhia à presente Assembleia Geral. Os Acionistas então aprovaram, integralmente e por unanimidade, as contas dos administradores, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2025, conforme publicados no Sistema Público de Escrituração Digital da Receita Federal (SPED), nos termos do artigo 133 e 294, III, da Lei das S.A. Tendo em vista que as demonstrações financeiras apresentaram um prejuízo líquido na ordem de R\$11,24 milhões, não haverá distribuição de dividendos referentes ao exercício. **5.2. Alteração de endereço da sede social da Companhia:** Aprovaram a mudança do endereço da sede da Companhia, da Rua Sansão Alves dos Santos, nº 433, cj. 91, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-923 **para a** Rua Henrique Monteiro nº 90, cjs 111-114, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05423-020, onde funcionará exclusivamente o escritório administrativo, estratégico e de gestão corporativa da Companhia. Assim sendo, o Artigo 2º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 2º. A Companhia tem sua sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henrique Monteiro nº 90, cjs 111-114, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05423-020, onde funcionará exclusivamente o escritório administrativo, estratégico e de gestão corporativa da Companhia, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, conforme atribuições previstas neste Estatuto Social. §1º: A Companhia possui uma filial na cidade de São Carlos/SP, na Av. Ayrton Salvador Leopoldino Junior, nº 1010, Jardim Industrial João Leopoldino, CEP 13570-829, inscrita no CNPJ nº 42.063.007/0002-83, que poderá desenvolver todas as atividades descritas no objeto social constante do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. §2º: A Companhia possui uma filial na cidade de São Paulo/SP, na Rua Gomes Freire, 487, Bairro Lapa, CEP: 05075-010, inscrita no CNPJ nº 42.063.007/0003-64, que poderá desenvolver a atividade de comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão (CNAE 4687-7/02).”** **5.3. Renúncia de Membro do Conselho de Administração e eleição de novo Conselheiro** Foi dado conhecimento aos presentes da carta de renúncia do Conselheiro Sr. **Diogo Ugayama Bassi**, datada em 20/04/2026. A Assembleia, após tomar conhecimento da referida renúncia, deliberou por acolhê-la, com agradecimentos pelos relevantes serviços prestados durante o período em que exerceu suas funções. Em seguida, passou-se à deliberação sobre a eleição de substituto para o cargo vacante. Após discussão, os Acionistas deliberaram, por unanimidade, eleger o Sr. **Ricardo Dell Aquila Mussa**, brasileiro, engenheiro de produção, para exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até o término do mandato dos demais conselheiros atualmente em exercício, em 15/05/2027, permanecendo em vigor todas as demais condições e prazos estabelecidos no Estatuto Social. O Conselheiro eleito assinou o respectivo Termo de Posse, que será arquivado na sede social. Sendo assim, os Acionistas ratificaram a composição atual do Conselho de Administração, sendo todos os Conselheiros com mandato unificado até **15/05/2027**, conforme abaixo: (i) **Luciana Antonini Ribeiro**, brasileira, advogada, **Presidente do Conselho de Administração;** (ii) **Pedro Pullen Parente**, brasileiro, engenheiro; (iii) **Renan de Paula Pereira Henrique**, brasileiro, engenheiro; (iv) **Irineu Bueno Barbosa Junior**, brasileiro, empresário; (v) **Arioaldo Peronti Barboza**, brasileiro, empresário; (vi) **Renato Luiz Caruso**, brasileiro, engenheiro mecânico; (vii) **Fernando Musa**, brasileiro, engenheiro; (viii) **Patrícia Cordeiro**, brasileira, administradora, e (ix) **Ricardo Dell Aquila Mussa**, brasileiro, engenheiro de produção. **5.4. Consolidação do Estatuto Social:** Em virtude das deliberações acima, os Acionistas aprovaram a reescritura e consolidação do Estatuto Social, contemplando também o aumento do capital social da Companhia para R\$ 441.977.896,30, mediante a emissão de 1.655.972 novas ações preferenciais Classe A, totalmente subscritas e integralizadas, conforme deliberado em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 07/08/2025, cuja ata foi registrada na JUCESP sob o n. 341.022/25-1 em sessão de 19/09/2025, de modo que o Artigo 4º do Estatuto Social passará a ter a seguinte redação: **“Artigo 4º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 441.977.896,30 dividido em 595.831.703 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e de 1.655.972 ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal. §1º: É vedada à Companhia a emissão e circulação de partes beneficiárias e a existência de tais títulos em circulação. §2º: As ações preferenciais Classe A da Companhia: (i) não conferirão ao titular o direito de voto; (ii) terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio; e (iii) participarão dos lucros sociais em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da Companhia.”**Nada mais. São Paulo, 20/04/2026. JUCESP nº 213.919/26-6 em 13/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

CNPJ/MF Nº 09.296.295/0001-60 – NIRE 35.300.359.534

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2026

Data, Hora e Local: 29/07/2026, às 15h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Abhi Manoj Shah – Presidente, Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **Ordem do Dia:** (i) a autorização da Companhia para aprovar os termos e condições, bem como a celebração, pela Companhia, na qualidade de cliente, do Contrato de Empréstimo com o BNDES, CNPJ/MF nº 33.657.248/0001-89, na qualidade de credor, representando uma linha de crédito com recursos provenientes do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC, no âmbito do Programa FNAC, Modalidade Capital de Giro, no montante de até R\$ 2.664.000.000,00, com custo de 5,56% ao ano, pelo prazo total de até 60 meses (sem prazo de carência), contados do dia 15 subsequente à data de formalização jurídica da operação e garantia fidejussória a ser prestada por instituição(ões) financeira(s) aceita(s) pelo BNDES (“**Contrato de Empréstimo**”); (ii) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários ou convenientes às transações contempladas pelo Contrato de Empréstimo, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Empréstimo, eventuais aditamentos e quaisquer outros documentos relacionados às transações contempladas pelo Contrato de Empréstimo; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores para negociar os termos e condições do Contrato de Empréstimo, bem como praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação e formalização das transações contempladas pelo Contrato de Empréstimo e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, à contratação dos prestadores de serviços necessários e à formalização das matérias tratadas nos itens acima; (iv) a ratificação dos atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito do Contrato de Empréstimo, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia. **Deliberações aprovadas:** (i) autorizar a Companhia, na qualidade de cliente, a celebrar o Contrato de Empréstimo; (ii) autorizar a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários ou convenientes às transações contempladas pelo Contrato de Empréstimo, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Empréstimo, eventuais aditamentos e quaisquer outros documentos relacionados às transações contempladas pelo Contrato de Empréstimo; (iii) autorizar a Diretoria e/ou procuradores da Companhia a tomar todas as providências e negociar os termos e condições do Contrato de Empréstimo, bem como praticar todo e qualquer ato e assinar todo e qualquer documento necessário à implementação e formalização das transações contempladas pelo Contrato de Empréstimo e seus eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando, à contratação dos prestadores de serviços necessários e à formalização das matérias tratadas nos itens acima; (iv) autorizar a ratificação dos atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito do Contrato de Empréstimo, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia. **Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado. **Mesa:** Abhi Manoj Shah – Presidente; e Edson Massuda Sugimoto – Secretário; Acionistas: (i) Azul S.A. (por seu Diretor Presidente, John Peter Rodgersson); e (ii) David Gary Neeleman. Barueri/SP, 29/07/2026. (ass.:) **Edson Massuda Sugimoto** – Secretário. Junta Comercial do São Paulo. Certifico o registro nº 290.419/26-8 em 30/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Cellera Farmacêutica S.A.

CNPJ/MF nº 33.173.097/0002-74 - NIRE 35.300.503.520

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de junho 2026

Data, hora e local: Em 30/06/2026, às 10hs, na sede da Cellera Farmacêutica S.A. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Gustavo Daniel Lorenzoni Pelizzari; e Secretária: Vanessa Soares Borzani. **Deliberações aprovadas:** **6.1.** Aprovar a emissão de Nota Comercial Escritural, pela Companhia, para fins de captação de recursos junto ao Banco ABC Brasil S.A., incluindo todas as suas repactuações, aditivos e renegociações, no valor de até R\$ 20.000.000,00, acrescido dos respectivos encargos, juros, despesas e demais acessórios previstos, ficando ainda autorizada a constituição das garantias necessárias para implementação desta operação de crédito. **6.2.** Aprovar a celebração de todos os documentos necessários à implementação da operação de crédito referida no item anterior, incluindo seus anexos, aditivos, declarações, instrumentos acessórios e respectivos documentos de crédito, bem como a constituição das garantias eventualmente exigidas para a operação, que não poderá exceder o valor das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da operação de crédito aprovada. **6.3.** Com vistas a viabilizar o aprovado acima, e em cumprimento ao disposto na Cláusula 14ª (xiv) do Contrato Social da Cellera Consumo Ltda., aprovar e recomendar a aprovação pelos quotistas da Cellera Consumo, reunidos em reunião de sócios, de todos os atos a serem praticados pela administração da Cellera Consumo no que se refere à celebração dos instrumentos necessários à contratação da operação acima autorizada. **6.4.** Autorizar a constituição de garantias fidejussórias por meio de aval ou fiança, garantias reais de cessão fiduciária de títulos e de direitos creditórios, incluindo aplicações financeiras, títulos e recebíveis, penhor mercantil ou rural, alienação fiduciária e hipoteca, sejam referidos bens integrantes de qualquer parte do ativo da Cellera Consumo, independentemente dos valores envolvidos, para garantir as obrigações assumidas. **6.5.** Autorizar que os Diretores pratiquem todos os atos necessários à celebração das operações acima aprovadas. Nada mais. JUCESP nº 290.481/26-0 em 30/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

CNPJ/MF nº 58.056.076/0001-19 - NIRE: 35300651171

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22/07/2026

1. Data, horário e local: 22/07/2026, às 9hs, na sede social da EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. (“**Companhia**”), localizada no município de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, CEP 01.451-001. **2. Convocação e presença:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades Por Ações**”), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **3. Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. **4. Ordem do dia:** Deliberar sobre: (i) nos termos do estatuto social da Companhia, a outorga e constituição, sob condição suspensiva, pela Companhia, de alienação fiduciária das ações da EPR Iguaçu S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 58.056.046/0001-02 (“**EPR Iguaçu**”) e “**Alienação Fiduciária**”, respectivamente), nos termos “**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças**”, celebrado entre a Companhia, EPR Iguaçu, na qualidade de interveniente-anuente, o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo) e o BNDES (“**Alienação Fiduciária de Ações**” e “**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”, respectivamente), no âmbito e para a honra das Fianças Bancárias (conforme definido abaixo), contratadas pela EPR Iguaçu, a serem prestadas pelo (a) Banco Bradesco S.A. (“**Bradesco**”), (b) o Itaú Unibanco S.A. (“**Itaú**”); (c) o Banco BTG Pactual S.A. (“**BTG Pactual**”), (d) o Banco ABC Brasil S.A. (“**ABC**”), (e) o Banco Daycoval S.A. (“**Daycoval**”) e, quando em conjunto com o Bradesco, Itaú, BTG Pactual e o ABC, os “**Fiadores Brasileiros**”; e (f) a Corporacion Andina de Fomento (“**CAF**” e, quando em conjunto com os Fiadores Brasileiros, os “**Fiadores**” e, individualmente, “**Fiador**”), por meio do “**Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças**” celebrado pelos Fiadores Brasileiros, pela EPR Iguaçu, na qualidade de afiançada, pelo Banco Bradesco BBI S.A. (“**Bradesco BBI**”) e pelo Itaú BBA Assessoria Financeira S.A. (“**Itaú BBA**”) e, em conjunto com o Bradesco BBI, os “**Estruturadores**”), na qualidade de intervenientes estruturadores, conforme a ser aditado para inclusão da CAF, na qualidade de fiador (“**CPG**”), pelo qual os Fiadores se comprometem de forma não solidária, observados os termos e condições do CPG, e no limite de suas cartas de fiança individuais a garantir o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela EPR Iguaçu no âmbito (1.1) do Subcrédito “A”, “B”, C e/ou “D” emitidos sob o “**Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 25.2.0437.1**” celebrado em 26/12/2025 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“**BNDES**”), com a interveniência da Companhia e da EPR Participações S.A. (“**EPR**”), conforme aditado de tempos em tempos (“**Contrato de Financiamento do BNDES**”); e (1.2) à primeira, segunda, terceira e/ou quarta série das debêntures emitidas no âmbito do “**Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, a ser Convertida em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória Sob Condição Suspensiva, em 8 Séries, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da EPR Iguaçu S.A.**”, celebrado em 19/09/2025, junto à Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“**Debêntures**” e “**Agente Fiduciário**”, respectivamente), representando o conjunto dos titulares das Debêntures (“**Debenturistas**”), conforme aditada de tempos em tempos (“**Escritura de Emissão**”), na forma de compartilhamento, entre o BNDES, no âmbito do Contrato de Financiamento do BNDES, e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, no âmbito da Escritura de Emissão (“**Fianças Bancárias**”); (ii) a outorga, pela Companhia, de procuração no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, por meio da qual a Companhia conferirá poderes ao Agente Fiduciário, ao BNDES e aos Fiadores, mediante a honra das Fianças Bancárias, para o exercício dos seus direitos previstos no Contrato Alienação Fiduciária de Ações, devendo permanecer em pleno vigor e efeito até que as Obrigações Garantidas (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações) tenham sido integralmente satisfeitas (“**Procuração**”); (iii) a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores, tomar as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à (a) outorga e constituição, pela Companhia, aos Fiadores, da Alienação Fiduciária de Ações, mediante a honra das Fianças Bancárias, nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; (b) outorga, pela Companhia, da Procuração; (c) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Alienação Fiduciária de Ações; e (iv) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores da Companhia, com relação aos itens (i) a (iii) desta ordem do dia. **5. Deliberações:** Após exame e discussões, os acionistas da Companhia deliberaram sobre os itens constantes da Ordem do Dia e decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: **5.1.** Mediante a honra das Fianças Bancárias, aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações; **5.2.** Aprovar a outorga, pela Companhia, da Procuração; **5.3.** Aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à (i) outorga e constituição, pela Companhia, aos Fiadores, da Alienação Fiduciária de Ações, mediante a honra das Fianças Bancárias, nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (ii) outorga, pela Companhia, da Procuração; (iii) discussão, negociação e definição dos termos e condições da Alienação Fiduciária de Ações; e **5.4.** Aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente, por meio de procuradores da Companhia, com relação aos itens aprovados acima. **6. Encerramento e leitura da ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo/SP, 22/07/2026. JUCESP nº 285.956/26-7 em 27/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Cia. Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22/07/2026

Data, hora e local: Em 22/07/2026, às 12hs, na sede da Companhia. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, em decorrência da presença dos acionistas titulares das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações aprovadas:** **5.1** Aprovar a lavratura da presente ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º, da Lei das S.A. **5.2** Aprovar a contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito da linha “**Brasil Soberano 2.0 – Investimento**”, a ser contratado por meio do agente financeiro credenciado, qual seja, Banco ABC Brasil S.A., no valor de até R\$ 27.850.397,00, a ser desembolsado de acordo com o cronograma de desembolso a ser aprovado pelo BNDES. **5.3** Autorizar a constituição das garantias exigidas para a formalização do financiamento referido no item 5.2 acima, incluindo, sem limitação, Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito – Vinculação Ativo e Derivativo. **5.4** Autorizar os administradores da Companhia a assinar o Contrato de Financiamento com o BNDES e/ou com o Banco ABC Brasil S.A., bem como todos os aditamentos, termos, instrumentos acessórios, garantias e demais documentos necessários à formalização e execução do referido financiamento. **5.5** Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, incluindo o registro da presente ata perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e o cumprimento de eventuais exigências regulatórias e contratuais. Nada mais. São Paulo, 22/07/2026 JUCESP nº 286.025/26-7 em 28/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A.

CNPJ nº 46.416.494/0001-90 - NIRE 35300595599

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas da **Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A.** (“Companhia”), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 12 de agosto de 2026, às 11:00h, na sede social da Companhia, situada na Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, Parque Viracopos, Campinas/SP, CEP 13052-901, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Deliberar sobre a autorização para que a Diretoria da Companhia assine contratos de mútuos, empréstimos ou financiamentos, assuma compromissos e obrigações relacionadas a tais contratos, bem como outorgue garantias, incluindo em situações nas quais os valores envolvidos estejam acima dos limites estabelecidos nos incisos VIII, IX e XI do Estatuto Social da Companhia; e ii. Deliberar sobre a autorização para prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. Campinas/SP, 03 de agosto de 2026. **Francisco Astorga Perez**, Diretor-Presidente, **Levu Transporte Aéreo e Logística de Cargas S.A.** (04, 05 e 06/08/2026)

Nolf – Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 49.083.645/0001-24 – NIRE 35.202.440.302

Edital de Convocação

Convocamos os sócios da Sociedade a se reunirem em **Reunião de Sócios**, que deverá ser realizada no dia **13/08/2026, às 10:00hs**, na sede da Sociedade, localizada na Rua Teodoro Sampaio, nº 1.139, sala 01, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05405-100, nos termos da lei e de seu Contrato Social, a fim de deliberarem sobre a alteração de endereço da sede da Sociedade, consolidação do Contrato Social e outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 31/07/2026. Administração. (03, 04 e 05/08/2026)

Will – Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 57.085.326/0001-86 – NIRE 35.207.293.227

Edital de Convocação

Convocamos os sócios da Sociedade a se reunirem em **Reunião de Sócios**, que deverá ser realizada no dia **13/08/2026, às 11:00hs**, na sede da Sociedade, localizada na Rua Teodoro Sampaio, nº 1.139, sala 01, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05405-100, nos termos da lei e de seu Contrato Social, a fim de deliberarem sobre a alteração de endereço da sede da Sociedade, consolidação do Contrato Social e outros assuntos de interesse da Sociedade. São Paulo, 31/07/2026. Administração. (03, 04 e 05/08/2026)

comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,1047 / R\$ 5,1053 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,1317 / R\$ 5,1337 *
Turismo - R\$ 5,1610 /
R\$ 5,3410
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central

Variação do câmbio
livre mercado
no dia: +0,90%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,06%
Pontos: 177.894

Maiores altas: CSN ON
(+6,21%), CSN Minera-
ção ON (+3,14%), Raia
Drogasil ON (+2,97%)
Maiores baixas: Mar-
copolo ON (-10,43%),
Magazine Luiza ON
(-4,65%), Brava ON
(-4,58%)

S&P 500 (Nova York):
1,79%
Dow Jones (Nova York):
1,71%

Nasdaq (Nova York):
2,59%

CAC 40 (Paris): 0,61%
Dax 30 (Frankfurt):
0,77%

Financial 100 (Lon-
dres): 0,2%

Nikkei 225 (Tóquio):
0,32%

Hang Seng (Hong
Kong): -0,6%

Shanghai Composite
(Xangai): 0,33%

CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): nan%

Merval (Buenos Aires):
-2,61%

IPC (México): 0,2%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE

Maio 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

Março 2026: 0,88%

Abril 2026: 0,67%

Maio 2026: 0,81%

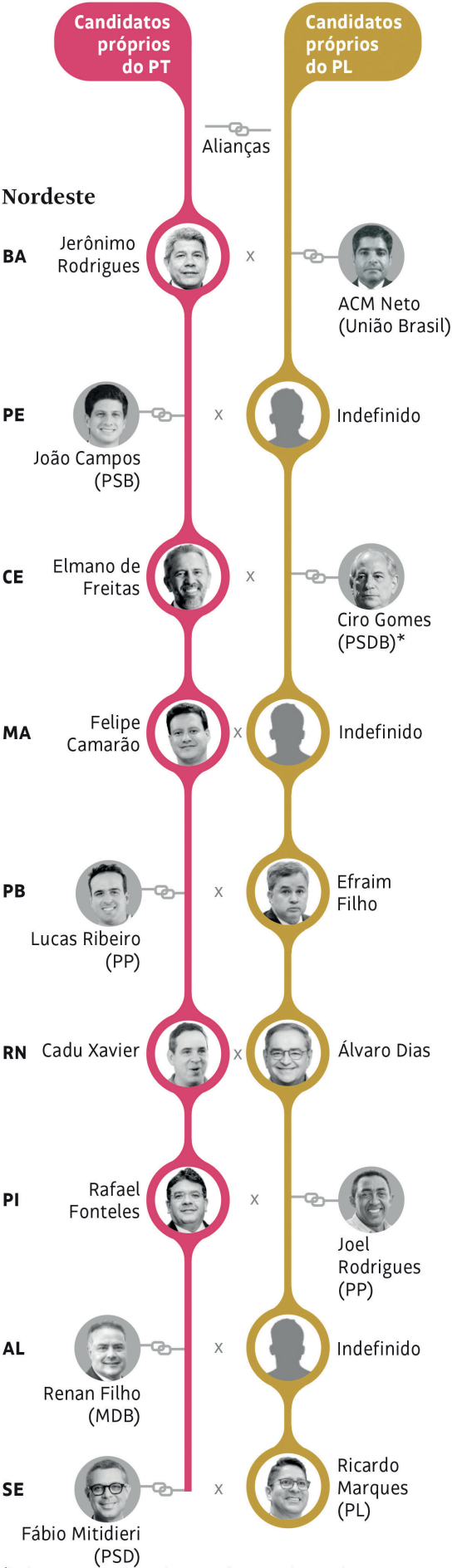
Junho 2026: 0,16%



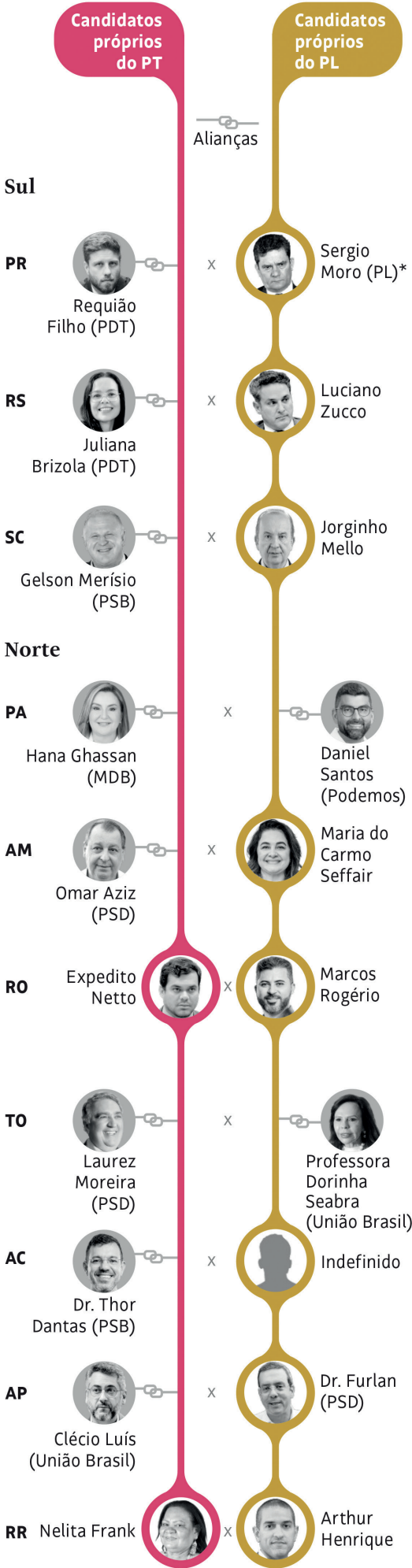
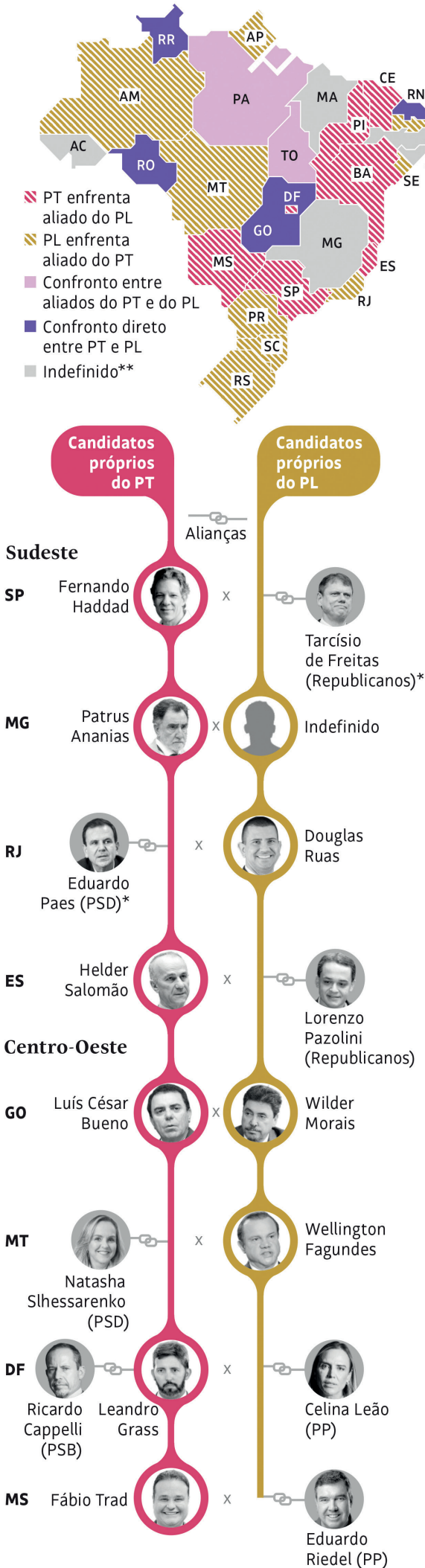


ELEIÇÕES 2026

Veja quem são os candidatos de Lula e Flávio Bolsonaro em cada estado



*Lideram em cenários de segundo turno de acordo com as mais recentes rodadas de pesquisa Genial/Quaest, considerando diferenças de até o limite máximo da margem de erro
**Considera cenários em que o partido ainda aguarda a confirmação de uma candidatura ou não lançou candidato nem se aliou a outra chapa



NEGÓCIOS

Dona da Havanna no Brasil integra grupo em recuperação extrajudicial de R\$ 127 milhões



A operação brasileira das cafeterias Havanna integra um grupo de empresas que entrou com um pedido de recuperação extrajudicial em 2025 para renegociar R\$ 127,7 milhões em dívidas.

Além da Havanna, que opera sob o nome empresarial Café Del Plata, participam a Aeger, DGA Doces, Fly Shopping, Delfos Perfumes e Casma. Todas são controladas pelo empresário Marcos Rothenberg.

A informação foi revelada pela revista Exame e confirmada pela Folha. Em nota divulgada à imprensa, a Havanna afirma que o processo foi iniciado por conta de obrigações contratadas por outras empresas do grupo, sem relação com questões operacionais ou financeiras

da rede de cafeterias.

"Este processo de recuperação tem como objetivo justamente garantir que obrigações solidárias das empresas não afetem a capacidade operacional, os compromissos da Havanna com seus fornecedores, franqueados e parceiros", disse a empresa. Segundo a Havanna, os negócios seguem em "franqueamento", com a abertura de mais de 30 novas operações no primeiro semestre de 2026.

"A empresa segue comprometida com seu plano de chegar a mais de 700 pontos de venda entre seus diversos modelos de operação até o ano de 2030 no Brasil", acrescenta.

O processo está na 1ª Vara Regional de Competência Empresarial de São Paulo. Conforme os

documentos, o plano de reestruturação já conta com a adesão de credores que representam mais de 50% da dívida abrangida.

Ao receber o pedido, o juiz Ralpho Waldo determinou a suspensão de todas as ações e execuções contra as empresas envolvidas no caso por 180 dias, para que as operações continuem durante o período de reestruturação.

Diferente da recuperação judicial, a extrajudicial permite que empresas negociem diretamente suas dívidas com grupos determinados de credores, sem a intermediação da Justiça. Depende, no entanto, de homologação judicial. Assim como na recuperação judicial, a ideia é que as empresas evitem a falência.

Folhapress

Gávea, de Arminio Fraga, deixa gestão de fundos multimercados e indica Bradesco Asset

A Gávea Investimentos indicou a Bradesco Asset para assumir a gestão de seus fundos multimercados. A gestora, fundada em 2003 por Armínio Fraga, ex-presidente do BC (Banco Central), e Luiz Henrique Fraga, decidiu encerrar a atividade de gestão de recursos de terceiros nesse segmento.

A operação envolve cerca de R\$ 2 bilhões em recursos de terceiros nos fundos multimercados da Gávea. A transferência da gestão ainda depende da aprovação dos cotistas, conforme comunicado enviado aos investidores.

A decisão ocorre três anos depois de a Gávea deixar de captar novos recursos para sua estratégia de private equity (compra de participações de empresas de capital fechado). Atualmente, a gestora ainda administra cerca de R\$ 1 bilhão em ativos nessa classe. A operação envolve pouco mais de 20 fundos.

Segundo as empresas, a mudança tem como objetivo garantir a continuidade dos investimentos e preservar a estratégia dos fundos durante a transição.

A Bradesco Asset afirmou que a operação combinará a experiência construída pela Gávea com sua estrutura de análise, pesquisa, gestão de riscos e operações.

A Bradesco Asset, gestora de recursos do Banco Bradesco, administra mais de R\$ 1 trilhão em ativos.

A Gávea Investimentos afirmou, em nota aos investidores, que "durante todo esse período, sempre nos mantivemos alinhados aos nossos clientes ao investirmos uma parcela considerável do patrimônio dos sócios na mesma estratégia macro".

A decisão da Gávea ocorre em um momento desafiador para a indústria de fundos. Com a taxa Selic em 14,25% ao ano, aplicações em renda fixa ganharam atratividade, o que reduziu o interesse dos investidores por outras classes. De acordo com a Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), os fundos de investimento registraram resgate líquido de R\$ 5,3 bilhões em junho deste ano, mas acumulam captação positiva de R\$ 184,7 bilhões em 2026.

Folhapress

Embraer abre novo mercado com venda de KC-390 à Colômbia



A Embraer assinou nesta terça-feira (4) um contrato para o fornecimento de dois aviões de transporte multimissão KC-390 Millennium à Força Aérea da Colômbia, no primeiro negócio de exportação para um país da América Latina.

Com isso, o cargueiro da fabricante paulista chega a seu 12º cliente externo em sua curta carreira. Ela começou com um projeto em parceria com a Força Aérea Brasileira em 2008, resultando em uma encomenda inicial de 28 aviões reduzida a 19, com 8 já entregues desde 2019.

De lá para cá, o avião entrou no mercado europeu da Otan no mercado europeu

da Otan, a aliança militar ocidental, visando substituir os cerca de 130 antigos cargueiros americanos C-130 Hércules do continente.

Foram 6 unidades compradas por Portugal, 5 pela Holanda, 4 pela Suécia, 2 pela Hungria e 2 pela República Tcheca, além de 4 que os austríacos, que não integram a Otan, encomendaram. O avião também chegou à Ásia, com a Coreia do Sul encomendando 3 unidades e o Uzbequistão, 2.

O caso colombiano tem particularidades. Bogotá acaba de comprar 17 caças Gripen, da fabricante sueca Saab, o mesmo avião de combate adquirido pelo Brasil. A Embraer é parceira dos suecos e fabricará 15

dos 36 aparelhos em Gavião Peixoto (SP), onde 1 dos 11 já entregues foi feito.

A capacitação da linha brasileira visa o mercado externo, e no mês passado ambos os fabricantes assinaram um memorando para ampliar sua produção conjunta. O objetivo inicial é justamente suprir a encomenda colombiana, além da compra anunciada pelo Brasil de mais 20 aviões.

Assim, a experiência de parceria comercial e integração militar das duas aeronaves no Brasil virou um ativo no negócio conduzido por Bogotá, que hoje opera seis Hércules sem sondas de reabastecimento aéreo.

Folhapress